



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 09 de Novembro de 2022  
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XVI

Nº 2466



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



Secretaria Municipal da Juventude, Cultura e Esporte  
Conselho Deliberativo de Política de Cultura e Patrimônio Ambiental, Artístico, Cultural e Histórico do  
Município de Monte Carmelo

### PARECER

#### I – DO RELATÓRIO

Trata-se de análise da Proposta de Registro da “Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito” como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Monte Carmelo.

A proposta foi apresentada ao Conselho Deliberativo de Política de Cultura e Patrimônio Ambiental, Artístico, Cultural e Histórico de Monte Carmelo, tendo em vista a competência atribuída pela Lei Municipal nº 1566, de 19 de novembro de 2019.

#### II – DA ANÁLISE

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, ampliou a noção de patrimônio cultural, reconhecendo a existência de bens de natureza material e imaterial. Por sua vez, o art. 23, III, incluiu entre as funções de competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a proteção dos documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens culturais e os sítios arqueológicos. Aos Municípios competem, ainda, “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (art. 30, IX).

Sabe-se que:

É amplamente reconhecida a importância de promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção imaterial da herança cultural dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial. (UNESCO, 2007.)

Nesse sentido, considerando a relevância de garantir a continuidade de expressões culturais referentes à memória, à identidade e à formação da sociedade do Município de Monte Carmelo, para o conhecimento das gerações presentes e futuras, a Lei Municipal nº 1566, de 19 de novembro de 2019, “Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural imaterial no Município de Monte Carmelo na forma que especifica e dá outras providências”.

O art. 4º da referida lei estabelece que:

**Art. 4º.** A proposta de registro poderá ser feita por membro do Conselho Deliberativo de Política de Cultura e Patrimônio Ambiental, Artístico, Cultural e Histórico do Município de Monte Carmelo, por órgão ou entidade pública da área de cultura, educação ou turismo ou por qualquer cidadão, entidade ou associação civil.

**Parágrafo único.** A proposta de registro a que se refere o caput deste artigo será instruída com documentação técnica que descreva de forma pormenorizada o bem cultural e justifique sua relevância para a memória, a identidade e a formação da comunidade carmelitana.

Com efeito, no presente caso, foi apresentada ao Conselho Deliberativo de Política de Cultura e Patrimônio Ambiental, Artístico, Cultural e Histórico de Monte Carmelo, a proposta de registro da “Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito” como patrimônio cultural imaterial do Município de Monte Carmelo.

De acordo com a referida proposta, a “Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito” é uma festa tradicional em Monte Carmelo/MG, que faz parte da identidade da sociedade carmelitana.

Desta maneira, justifica-se a relevância do bem imaterial para a memória, a identidade e a formação da comunidade carmelitana.

#### III – DA CONCLUSÃO

Na Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito todos os participantes das Guardas interagem naqueles momentos. Embora convivem pouco cotidianamente. Encontram-se para conversar e matar a saudade apenas em momentos eventuais como o dia da Festa. Porém, percebe-se que a Festa, além de ser um momento religioso também contribui para poder fortalecer os laços familiares e os encontros sociais.

A Festa, é um inegável bem patrimonial de Monte Carmelo, tradição muito valorizada no Estado de Minas Gerais. Além de apresentar a cultura afro-brasileira e sua história, traz criações culturais e religiosas, através de suas próprias características e evoluções.

A salvaguarda dessa tradição, bem como de suas memórias, confere a essas pessoas uma identidade social, tanto como indivíduos, quanto como parte de uma coletividade que são suas formas de se inserirem na contemporaneidade.

A busca da valorização do fator histórico e cultural, dos costumes dessa gente tradicional do município pretende-se ser fortalecido com o objetivo de incentivar a produção e acesso aos produtos culturais municipais, protegendo e conservando o patrimônio histórico e artístico e realizando ao mesmo tempo a difusão da cultura mineira.

Através do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural que tem como objetivos incentivar os municípios a conservar, salvaguardar, resgatar e preservar seus próprios patrimônios culturais. Subsidiando os seus projetos e estimulando a desenvolver outros em prol do Patrimônio Cultural.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito de Monte Carmelo se constitui um marco na história do povo carmelitano, pois se tornou abrigo da mais importante Manifestação Cultural de Monte Carmelo: o Congado. Estas manifestações devocionais geralmente são reconhecidas como importantes fontes históricas, sua atuação vai além do âmbito religioso, está entrelaçada na vida religiosa, cultural, social, econômica e política da sua época, sendo parte integrante de uma identidade e memória local. Portanto, justifica-se o Registro desta Festividade e a sua plena preservação e salvaguarda para as gerações vindouras.

Diante de todo o exposto, o Conselho Deliberativo de Política de Cultura e Patrimônio Ambiental, Artístico, Cultural e Histórico de Monte Carmelo opina favoravelmente à aprovação da proposta de registro da “Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito” como patrimônio cultural imaterial do Município de Monte Carmelo e determina a publicação do presente parecer no Diário Oficial do Município para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei Municipal nº 1566, de 19 de novembro de 2019.

Monte Carmelo, 14 de outubro de 2022.

(Nome e Assinatura dos membros do Conselho)

*(Assinaturas manuscritas)*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2560, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2022.



“Dispõe sobre a permissão de uso de bem público municipal à Fundação Carmelitana Mário Palmério, na forma que especifica.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 70, VI, art. 86, I, “g” e art. 92, § 3º, da Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** que constitui dever do Município de Monte Carmelo adotar as medidas necessárias à consecução de ações de interesse público, dentre as quais inserem-se as que são aptas ao controle populacional de cães e gatos;

**CONSIDERANDO** que a castração de cães e gatos está diretamente associada à saúde pública da população e ao bem-estar dos animais;

**CONSIDERANDO** que o Município de Monte Carmelo dispõe de Unidade Móvel para Controle de Zoonoses Tipo 1, adquirida com

recursos provenientes de Emenda Parlamentar, mas, não possui em seus quadros profissionais para a realização de procedimentos cirúrgicos em animais;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 13.426, de 30 de março de 2017, que "*Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos*", estabelecendo que o controle de natalidade de cães e gatos em todo o território nacional será regido mediante esterilização permanente por cirurgia, ou por outro procedimento que garanta eficiência, segurança e bem-estar ao animal;

**CONSIDERANDO** que o § 1º do art. 3º da Lei Estadual nº 21.970/2016, que "*Dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos*", estabelece que as ações que competem ao Município poderão ser realizadas por meio de parcerias com entidades públicas ou privadas;

**CONSIDERANDO** que a Fundação Carmelitana Mário Palmério desenvolve ações de caráter educacional e técnico-científico;

**CONSIDERANDO** que a referida instituição de ensino superior oferece curso de Medicina Veterinária;

**CONSIDERANDO** que a permissão de uso da Unidade Móvel para Controle de Zoonoses constitui medida adequada para suprir a ausência de profissionais do Município, já que os estagiários do referido curso, sob a supervisão de responsável, realizarão as castrações;

**CONSIDERANDO** a relevância da convergência das ações desenvolvidas pelo Poder Público e pelas instituições de ensino, por se tratar de eficiente instrumento de transformação da realidade social;

**CONSIDERANDO** que o bem será utilizado de acordo com a finalidade para a qual se destina;

**CONSIDERANDO** a manifesta existência de interesse público em permitir o uso do bem objeto da permissão a que se refere este Decreto, o que se evidencia pelo atendimento aos fins de interesse geral da coletividade, mediante efetiva contribuição para ações na área da educação e da saúde;

**CONSIDERANDO** que o art. 92 da Lei Orgânica Municipal prevê que "o uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público devidamente justificado";

**CONSIDERANDO** que nos termos do parágrafo 3º do referido dispositivo, "a permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto";

**CONSIDERANDO**, por fim, que, por se tratar de ato precário, a permissão poderá ser revogada a qualquer tempo, e que não haverá qualquer prejuízo para o Município caso seja constatada a necessidade de reaver o bem por razões fundadas em motivo superveniente;

## DECRETA:

**Art. 1º** Este Decreto dispõe sobre a outorga de permissão de uso de 01 (uma) Unidade Móvel para Controle de Zoonoses Tipo 1, patrimônio nº 30278, à Fundação Carmelitana Mário Palmério, instituição de caráter técnico-científico e educativo, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.345.421/0001-80.

**Parágrafo único.** A permissão de uso a que se refere o *caput* será outorgada a título precário e gratuito e vigorará por prazo indeterminado, a partir da data de assinatura do termo respectivo, podendo ser revogada a qualquer tempo, independentemente de indenização, a critério da Administração Pública Municipal, consoante razões de conveniência e oportunidade, sempre com fundamento no interesse público, ou cassada por falta da permissionária, observado o devido processo administrativo, na hipótese de descumprimento das cláusulas contidas neste Decreto ou no Termo de Permissão de Uso.

**Art. 2º** A permissão de uso será formalizada mediante a assinatura de Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel, no qual deverá constar, obrigatoriamente:

- I - que a permissionária é responsável pela preservação, manutenção, reparos e respectivas despesas decorrentes do uso;
- II - que a permissionária deverá disponibilizar o equipamento somente a profissionais habilitados para operação, condução e realização dos procedimentos cirúrgicos;
- III - que a permissionária ficará obrigada a prestar informações sobre o bem objeto deste Decreto, sempre que solicitado pelo Município;
- IV - a prerrogativa do Município de Monte Carmelo de, a qualquer momento, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto e no Termo de Permissão de Uso;

V - a natureza gratuita da permissão;

VI - a utilização segundo a finalidade exclusiva do uso do bem;

VII - a proibição da permissionária transferir a terceiros os direitos decorrentes da permissão;

VIII - a proibição quanto à modificação do uso a que se destina o bem, sem expressa e estrita concordância do permitente;

IX - a responsabilidade da permissionária por quaisquer danos ou prejuízos causados no bem, ou por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de seu uso;

X - a possibilidade de extinção da permissão por ato administrativo do Município, independentemente do pagamento de qualquer indenização, nas hipóteses de interesse público devidamente justificado e de descumprimento de quaisquer das cláusulas do termo formalizado.

**Art. 3º** A permissão de uso a que se refere este Decreto aperfeiçoa-se exclusivamente em função do relevante interesse público, face aos benefícios mútuos que serão auferidos, os quais serão revertidos em proveito de toda a coletividade.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 08 de novembro de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**

*Prefeito Municipal*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**

*Procuradora Geral do Município*



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 12.375, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022.**

*"Dispõe sobre a criação e designação do Comitê de Investigação da Transmissão Vertical das Infecções Sexualmente Transmissíveis no Município de Monte Carmelo e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

**CONSIDERANDO** que a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.797, de 19 de abril de 2022, aprova a instituição e organização dos Comitês de Investigação da Transmissão Vertical das Infecções Sexualmente Transmissíveis (CITV/IST) e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** que a Resolução SES/MG Nº 8.108, de 19 de abril de 2022, dispõe sobre a instituição e organização dos Comitês de Investigação da Transmissão Vertical das Infecções Sexualmente Transmissíveis (CITV/IST) e dá outras providências;

## RESOLVE:

**Art. 1º** Criar o Comitê de Investigação da Transmissão Vertical das Infecções Sexualmente Transmissíveis no Município de Monte Carmelo, que têm como objetivo investigar os casos de transmissão vertical de HIV, sífilis, hepatites B e C.

**Art. 2º** O Comitê de Investigação da Transmissão Vertical das Infecções Sexualmente Transmissíveis será composto pelos seguintes membros:

- I. Representantes da Vigilância em Saúde:
  - a) Titular: Poliana Ramos Leite Pires;
  - b) Suplente: Katiene Batista Neves;
- II. Representantes da Epidemiologia:
  - a) Titular: Ana Paula Carvalho Azevedo;
  - b) Suplente: Ângela Mara da Silva Naves;
- III. Representantes da Referência Técnica de Vigilância das IST's:
  - a) Titular: Daniel Dantas;
  - b) Suplente: João Paulo Martins Rophino Baptist;
- IV. Representantes da Referência da Vigilância em Óbito:
  - a) Titular: Raimunda Cássia de Lima;
  - b) Suplente: Karoline Rodrigues de Souza;
- V. Representantes da Atenção Primária:
  - a) Titular: Glayce Camargo Flores da Cunha Fernandes;



- b) Suplente: Kayo Cesar de Resende;  
**VI.** Representantes da Assistência à Saúde Hospitalar:  
a) Titular: Elton Dionísio Gomes de Aguiar;  
b) Suplente: Helena Cristina Camilo Gama;  
**VII.** Representantes da Atenção à Saúde da Mulher e da Criança:  
a) Titular: Deiriele Aparecida Ribeiro;  
b) Suplente: Lívia Cristina Alves Lima Paranhos;  
**VIII.** Representantes do Hospital Maternidade Virgílio Rosa:  
a) Titular: Ana Paula Monteiro;  
b) Suplente: Eleimara Aparecida Montes;  
**IX.** Representantes do Hospital Santa Terezinha:  
a) Titular: Dayane Cristina Caetano;  
b) Suplente: Amanda de Oliveira;  
**X.** Representantes do Conselho Municipal de Saúde:  
a) Titular: Ernandes Mota Leite;  
b) Suplente: Rositânia Chagas Melo;  
**XI.** Representantes da Farmácia Hospitalar:  
a) Titular: Taliane de Oliveira Ribeiro;  
b) Suplente: Murilo Rosa Marques Junior.

**Art. 3º** São competências do Comitê de Investigação da Transmissão Vertical das Infecções Sexualmente Transmissíveis:

- I.** realizar as investigações dos casos de transmissão vertical de HIV, sífilis, hepatites B e C no Município de Monte Carmelo, devolvendo a informação para a unidade regional de saúde correspondente;  
**II.** colaborar para a qualificação dos registros de casos de transmissão vertical das IST no SINAN, SINASC e SIM no município;  
**III.** realizar monitoramento permanente dos casos de transmissão vertical das IST no município, enfocando os múltiplos aspectos de seus determinantes;  
**IV.** construir relatórios que possam constituir subsídios para aperfeiçoamento das políticas de redução da transmissão vertical das IST;  
**V.** propor medidas e recomendações, após as análises das investigações dos casos de transmissão vertical das IST, para os seus gestores de saúde;  
**VI.** acompanhar os processos de articulação e integração das diferentes instituições e instâncias municipais envolvidas com os programas de assistência à saúde de crianças menores de 5 (cinco) anos para HIV e crianças menores de 2 (dois) anos para hepatite B, hepatite C e sífilis;  
**VII.** mobilizar, a nível municipal, os diversos setores da sociedade envolvidos com a prevenção da transmissão vertical das IST;  
**VIII.** garantir a orientação de processos e protocolos para tratamento oportuno e adequado e propor medidas de prevenção dessas infecções como problema de saúde pública em seu município;  
**IX.** articular com os demais Comitês de Saúde Municipais e Regionais e áreas técnicas que possuam interface comum, quando necessário.

**Art. 4º** O Comitê de Investigação da Transmissão Vertical das Infecções Sexualmente Transmissíveis deve ser constituído e organizado de forma a se manter autônomo e independente, respeitando as orientações expedidas pelo Ministério da Saúde e considerando o Protocolo de Investigação de Transmissão Vertical vigente.

**Art. 5º** O Comitê de Investigação da Transmissão Vertical das Infecções Sexualmente Transmissíveis deverá elaborar o Regimento Interno a partir das orientações da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, incluindo a definição de objetivos, finalidades, estrutura e funcionamento.

**Art. 6º** O mandato dos membros do Comitê de Investigação da Transmissão Vertical das Infecções Sexualmente Transmissíveis terá vigência pelo período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, desde que não haja novos candidatos.

**Art. 7º** Os membros designados para o Comitê de Investigação da Transmissão Vertical das Infecções Sexualmente Transmissíveis não perceberão nenhum tipo de remuneração adicional, considerando-se o relevante papel social pertinente às atribuições exercidas pelos mesmos.

**Art. 8º** Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 04 de novembro de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
 Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
 Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MINAS GERAIS Secretaria Municipal de Fazenda Departamento de Arrecadação – Setor de Tributos – IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – Pº Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000		<b>NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL</b> <b>DÉBITOS DE IPTU</b> <b>Nº 1084/2022</b>
<b>DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)</b>		
Nome: JOÃO BATISTA SILVA		CPF/CNPJ: 491.383.676-53
Endereço: RUA JOSÉ ESPADILHA, 270	Bairro: SANTA RITA DE CÁSSIA	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000
<b>DADOS DO IMÓVEL</b>		
Código do imóvel: 1035	Quadra: 52	Lote: 21
Endereço: RUA JOSÉ ESPADILHA, 270	Bairro: SANTA RITA DE CÁSSIA	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000
<b>HISTÓRICO</b>		
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário(a) do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/IMG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.		
Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure o Departamento de Arrecadação – Setor de Tributos – IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral.		
<b>LOCAL E DATA</b>		
Monte Carmelo – Minas Gerais, 21 de Outubro de 2022.		
<b>IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA</b>		
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso Cargo: Especialista Tributário / 438.968 Assinatura:		
<b>CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL</b>		
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 1084/2022, em _____ de _____ de 2022. Nome: _____ CPF/RG: _____ Assinatura: _____		
<b>ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL</b>		
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 1084/2022		Fernando Naves Mendes Fiscal de Tributos/Matricula: 441.954 Assinatura:
Fluxo: 1ª via – Contribuinte / 2ª via – Fisco Municipal.		



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 29/2022, Pregão SRP Nº 07/2022, Processo nº 14/2022.** Celebram o Município de Monte Carmelo-MG e a Empresa: Marisa F S Goulart Auto Peças Eireli, CNPJ: 10.293.752/0001-41. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Mecânicos em Veículos Leves, com Fornecimento de Peças, Solicitado Pelo Setor de Frotas, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo-MG. Para Participação Exclusiva e Regionalizada de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, neste ato representada pela Secretária Municipal de Fazenda, com fundamento no Art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8666/93, determina o apostilamento da Ata de Registro de Preços nº 29/2022, concedendo o acréscimo de 25%, valor do acréscimo: R\$ 77.699,89. 20/10/2022. Ana Paula Pereira-Secretária Municipal de Fazenda.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 28/2022, Pregão SRP Nº 07/2022, Processo nº 14/2022.** Celebram o Município de Monte Carmelo-MG e a Empresa: Montepeças Ltda, CNPJ: 65.327.892/0001-85. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Mecânicos em Veículos Leves, com Fornecimento de Peças, Solicitado Pelo Setor de Frotas, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo-MG. Para Participação Exclusiva e Regionalizada de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, neste ato representada pela Secretária Municipal de Fazenda, com fundamento no Art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8666/93, determina o apostilamento da Ata de Registro de Preços nº 28/2022, concedendo o acréscimo de 25%, valor do acréscimo: R\$ 77.501,04. 20/10/2022. Ana Paula Pereira-Secretária Municipal de Fazenda.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO. Décimo Terceiro Termo de Apostilamento da Ata de Registro de Preços 152/2022, Pregão SRP Nº 27/2022 - Processo nº 42/2022.** Celebram entre si o Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78 e a Empresa: Posto Carmelitano Ltda, CNPJ: 71.304.497/0001-80. Objeto: Refere-se a Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis Destinados a Frota de Veículos e Máquinas Pertencentes ao Município de Monte Carmelo – MG. A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, neste ato representada pela Secretária Municipal de Fazenda, com fundamento no Art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8666/93, determina o APOSTILAMENTO da Ata de Registro de Preços nº 152/2022, concedendo o reequilíbrio de valor conforme apresentação de notas fiscais. Ata de Registro de Preços nº 152/2022: item 01: Gasolina Comum LT– Percentual Concedido: 2,15%. Valor atualizado: R\$ 5,24. Monte Carmelo, 09 de novembro de 2022. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal de Fazenda.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 94/2022, FORMA: PRESENCIAL– PROCESSO Nº 139/2022.** Objeto: Refere-se à Registro de Preços Para Eventual e Futura Contratação de Empresa para o Fornecimento de Refeições, para Atender às Necessidades da Casa de Apoio aos Pacientes do Município de Monte Carmelo em Tratamento de Saúde na Cidade de Uberlândia – MG. Para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 139/2022, modalidade Pregão SRP nº 94/2022 – Tipo: menor preço por item. **Empresa Habilitada:** Gonçalves & Menezes Restaurante e Self Service Ltda, CNPJ: 07.882.134/0001-22. Data: 31/10/2022. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 94/2022, FORMA: PRESENCIAL– PROCESSO Nº 139/2022.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 139/2022, modalidade Pregão SRP nº 94/2022 – Tipo: menor preço por item, em favor da Empresa: Gonçalves & Menezes Restaurante e Self Service Ltda, CNPJ: 07.882.134/0001-22. Data: 01/11/2022. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 94/2022, FORMA: PRESENCIAL, PROCESSO Nº 139/2022. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresa:** Ata RP nº 311/2022: Gonçalves & Menezes Restaurante e Self Service Ltda, CNPJ: 07.882.134/0001-22. **Valor Global:** R\$ 33.530,00. **Data:** 01/11/2022. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 96/2022, FORMA: ELETRÔNICA– PROCESSO Nº 141/2022.** Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Dietas e Material para Dispensação, para atender as necessidades da UTI e Hospital Municipal, Solicitados Pela Secretária de Saúde de Monte Carmelo-MG, com Cota e Reserva de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 141/2022, modalidade Pregão SRP nº 96/2022 – Tipo: menor preço por item. **Empresas Habilitadas:** Mhedica Service Comercio e Manutenção Ltda; Biohosp Produtos Hospitalares SA; EV2 Comercio e Distribuição De Produtos Industrializados Ltda; MB Comercio de Produtos Nutricionais e Hospitalares Ltda. Data: 04/11/2022. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 96/2022, FORMA: ELETRÔNICA– PROCESSO Nº 141/2022.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 141/2022, modalidade Pregão SRP nº 96/2022 – Tipo: menor preço por item, em favor das Empresas: Mhedica Service Comercio e Manutenção Ltda; Biohosp Produtos Hospitalares SA; EV2 Comercio e Distribuição De Produtos Industrializados Ltda; MB Comercio de Produtos Nutricionais e Hospitalares Ltda. Data: 04/11/2022. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 96/2022, FORMA: ELETRÔNICA, PROCESSO Nº 141/2022. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresas:** Ata RP nº 312/2022: Mhedica Service Comercio e Manutenção Ltda, CNPJ: 08.245.855/0001-94; Valor: R\$ 99.000,00.

Ata RP nº 313/2022: Biohosp Produtos Hospitalares SA, CNPJ: 18.269.125/0001-87; Valor: R\$ 105.570,00. Ata RP nº 314/2022: EV2 Comercio e Distribuição De Produtos Industrializados Ltda, CNPJ: 45.439.231/0001-34; Valor: R\$ 207.690,00. Ata RP nº 315/2022: MB Comercio de Produtos Nutricionais e Hospitalares Ltda, CNPJ: 40.613.881/0001-30, Valor: R\$ 16.200,00. **Valor Global:** R\$ 428.460,00. **Data:** 04/11/2022. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.

### EXPEDIENTE

### DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)